

# **DISCURSOS DE ÓDIO POLITIZADOS: POSSIBILIDADE DE EXERCER INFLUÊNCIA COMPORTAMENTAL ENTRE O ELEITORADO INAUGURAL**

2019

**Rivaldo Ferreira Malafaia**

Estudante do curso de graduação em psicologia  
pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), Brasil.

E-mail de contato:

[colisaocm@gmail.com](mailto:colisaocm@gmail.com)

---

## **RESUMO**

É indiscutível a ideia de que os diálogos, em geral, não provocam determinados estímulos; tanto para o locutor, quanto para o interlocutor. Isso perpassa por um conceito simples de que um dos diferenciais da espécie humana é justamente a socialização através da comunicação. A linguagem, nesse sentido, é inclusive um instrumento de inserção, participação e atuação social. É válido afirmar que, nos parâmetros convencionais, a comunicação exerce influência pois ela transmite, a priori, intencionalidades. Sendo assim, os discursos, em enfoque os politizados, têm uma maior possibilidade de influenciar e até de condicionar determinados comportamentos por questões sociais coercitivas; aspectos coercivos, esses, que se evidenciam mais entre o eleitorado inaugural. O seguinte trabalho objetiva discutir a respeito de como os discursos, e em enfoque os de ódio, exercem influência sobre o comportamento humano quando os mesmos são proferidos por apologia política. Por se tratar de um estudo qualitativo, a utilização e revisão bibliográfica, bem como consultas a artigos específicos em comunicação e da área em psicologia já existentes, fomentaram a metodologia deste trabalho. Dessa forma, artigos, teses, livros e relatórios, encontrados em plataformas digitais como SciELO, CAPES, BDTD e CFP, tornaram possível o destrinchar do tema abordado. A pesquisa resultou em uma avaliação mais detalhada das motivações e processos coercitivos que os discursos de ódio exercem, principalmente entre os adolescentes e jovens, assim como no diagnóstico de fatores contribuintes para a propagação de

tais discursos, baseados em uma concepção política. Sendo assim, o levantamento hipotético do funcionamento da linguagem, comunicação e suas atribuições que contribuem para o condicionamento comportamental, como também os fatores de motivação situacionais sob uma avaliação contextual, são resultado da avaliação deste trabalho. A questão da identificação com o interlocutor dos discursos de ódio, esses quando proferidos por personalidades políticas, se evidenciou na análise causal da propagação desses discursos; sendo importante considerar que aquele que propaga tais discursos sente legitimidade perante esses por ser e se sentir representado quanto essas falas. Conclui-se que as especificidades e características humanas favorecem o processo comunicativo e que esse processo é resultante de interação social; dessa forma, os discursos de ódio politizados são resultado de uma adaptabilidade ao meio; meio esse que coincide entre o público jovem de maneira mais evidenciada.

**Palavras-chave:** Discursos de ódio, comunicação, interação social, coercitividade.

Copyright © 2019.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



---

## INTRODUÇÃO

É indiscutível a ideia de que os diálogos, em geral, provocam determinados estímulos; tanto para o locutor, quanto para o interlocutor. Isso perpassa por um conceito simples de que um dos diferenciais da espécie humana é justamente a socialização através da comunicação. A linguagem, nesse sentido, é inclusive um instrumento de inserção, participação e atuação social. É válido afirmar que, nos parâmetros convencionais, a comunicação exerce influência pois ela transmite, antes de mais nada, intencionalidades. Sendo assim, os discursos, em enfoque os politizados, tem uma maior possibilidade de influenciar e até de condicionar determinados comportamentos por questões de hierárquicas ou situacional de poder.

Partindo dessa ideia de que a comunicação é um dos principais diferenciais humanos e de que a comunicação provoca reações para ambos os envolvidos, esse trabalho levanta o seguinte problema: Como as propagações de discursos políticos que induzem ao ódio interferem nas ações individuais e coletivas, e até que ponto tais discursos são passíveis de modificação comportamental? Tal problema é levantado tendo em base a teoria de que o condicionamento é

possível de ser realizado, inclusive, através dos variados discursos; principalmente os de teor incisivo que abrange diversas pessoas através da identificação com tais.

Por se tratar de um tema voltado para a área social, mas com respaldo e embasamento da psicologia, o objetivo geral do seguinte trabalho é investigar como os discursos de ódio, exercem influência sobre o comportamento humano e proporcionar reflexões a respeito de como tais discursos, quando proferidos por personalidades políticas, são historicamente construídos e quais as suas reverberações sociais. Ou seja, tendo em vista que um dos possíveis e principais fatores de identificação e, conseqüentemente, de conduta social, é a fala, abordar tais discursos sobre uma perspectiva política torna-se crucial para o desenvolver da pesquisa.

Os objetivos específicos desse trabalho são: a) Investigar de que maneira os discursos de ódio interferem na manifestação intersubjetiva de interiorização e postergação de preconceitos, e qual a influência comportamental desses; b) Proporcionar reflexões a respeito de como tais discursos de ódio, quando proferidos por personalidades políticas, são historicamente construídos e quais as suas reverberações sociais; c) Suscitar os aspectos benéficos da pesquisa, bem como o seu caráter de intervenção social, somada aos diferentes processos de desenvolvimento e acompanhamento do grupo trabalhado. A justificativa social deste trabalho se dá pela contribuição das abordagens que discutem as possíveis influências negativas proferidas por esses discursos. A justificativa científica, por sua vez, fica em cargo de quais os fatores, sejam eles sociais ou individuais, estão envolvidos na relação biopsicossocial dos sujeitos e como essa investigação da prática dos discursos, em geral, contribui para um embasamento mais técnico na descrição de fenômenos de condicionamentos.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### *2.1 Discursos de ódio: a linguagem como um dos diferenciais humano*

São evidentes as variedades e as especificidades que as culturas adotam para diferenciar uma sociedade da outra. As características de uma sociedade são atribuídas aos indivíduos de maneira imersiva, fazendo com que os integrantes desse compartimento social ajam e cumpram com as determinações de tal grupo. Há alguns fatores que integram ou “excluem” os indivíduos, a depender, pelo menos na teoria, de seu comportamento desviante ou não. A linguagem é um desses instrumentos que fomentam a inserção dos seres humanos e os caracterizam como sendo passíveis de interações e os tornam seres sociáveis (VYGOTSKY, 1932).

A ideia de que há diferenças da espécie humana para as outras espécies perpassa pelo conceito de quais ou quais tipos de comunicação os animais, inclusive o ser humano, praticam e

com qual objetivo o processo de se comunicar é exercido. Um dos conceitos defendido por White (1975) é que o fator principal que torna o homem a única espécie capaz de criar variações comunicativas é o fato de que os seres humanos passam pelo processo de “simbologizar”. Simbologizar é um conceito criado por ele para atribuir uma característica, aos seres humanos, da capacidade de agregar significados a símbolos. É válido afirmar, com isso, de que a comunicação humana é formada pelo processo de significação da linguagem e, mais especificadamente, pela significação das intencionalidades das comunicações. Sendo assim,

com o discurso articulado, que é a forma típica de simbologização, o mundo inteiro se tornou classificado, conceitualizado e verbalizado, e as relações entre as coisas se estabeleceram com base nessas concepções (WHITE, 1975, p. 26).

É passível de observação de que a comunicação se faz presente e necessária na rotina humana. Porém, Rodrigues (2003) afirma que, em uma esfera em que há interação, não somente social, mas, também, com o ecossistema, o processo de comunicação torna-se universal. Isso significa que as outras espécies também se comunicam, mas com uma diferença: elas são organicamente programadas para seguir tal comunicação. Fazendo uma distinção entre o que seria o processo comunicativo humano e de outros animais, o autor lança a ideia de que os animais se comunicam através de sinais, recebido por estímulos sensoriais, como sons, por exemplo. Por outro lado, faz parte da comunicação humana a atribuição de significado dos atos.

Sendo assim, a comunicação se faz presente até e inclusive se o indivíduo estiver privado da socialização, visto que essa privação não exclui alguns processos de comunicação na própria dimensão física.

Esta sociologia animal nos ensinaria que comunicação e sociedade estão presentes na natureza e que estão ambos presentes no Homem porque ele é parte da natureza. Aprenderíamos com ela que estas duas coisas são na realidade uma mesma coisa, pois não é possível imaginar sociedade sem comunicação, sistema social em que os membros não estejam em contato dinâmico (RODRIGUES, 2003, p. 23).

Os discursos, em geral, são sustentados pela ideia de que há um objeto e funcionalidade de direcionamento de tais. Isso implica afirmar que, por fazer parte do processo de comunicação humana, os discursos provocam reações que são pautadas pelo condicionamento social e pela influência de uma cultura. Laraia (1986) observa como a sociedade, através da cultura, molda os indivíduos, e afirma:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceites pela maioria da comunidade (LARAIA, 1986, p. 67).

Com essa afirmação de que estamos, de certa forma, inseridos e condicionados em um contexto sociocultural, o levantamento da questão a respeito de como os discursos de ódio realizados por políticos, onde os mesmos exercem um papel de soberania através do Estado, se faz necessário sobretudo quando se pretende avaliar as possíveis “consequências” ou os possíveis atos suscetíveis de condicionamento.

## *2.2 Influência social na aceitação dos discursos de ódio*

Atribuir significado aos processos comunicativos é uma característica humana e a ressignificação dos discursos, independente da sua finalidade, perpassa pela individualidade. A questão da individualidade humana, mesmo sob uma perspectiva em que se é inserida em um contexto social, demonstra que os aspectos individuais tendem a reagir pelo o que é aceitável, ou não, dentro de uma cultura (BAUMAN, 1999).

A ideia de que o homem está submerso a uma cultura é uma das principais conceituações sociológica, e Durkheim (1895) é o formulador de fato social. Encarar as consequências dos discursos e, em discursão, os de ódio, é sobretudo averiguar se o Homem, enquanto espécie, abnega da sua individualidade em favor de uma subordinação pautada na segurança ou garantia de direitos.

O fato social de Durkheim (1895) é um recurso sociológico criado por ele na tentativa de avaliar as sociedades sob um aspecto relacional. Tendo algumas características, tal fato social é, segundo o autor, inerente aos seres humanos, visto que ele parte da prerrogativa de que os fatos não dependem da motivação individual. Isso se dá porque para ser um fato social é preciso seguir três características: coercitividade, exterioridade e generalidade. Coercitividade no que se refere ao poder de influência que um fato ou ação pode exercer nos indivíduos; exterioridade porque, como sendo um fato, algo exterior ao indivíduo, as normas ou regras, por exemplo, são impostas pelo social sob o indivíduo; e um fato social só pode ser considerado um fato se ele for generalista e abordar a maior quantidade possível de indivíduos de uma sociedade.

Trazendo para um contexto dos discursos, um ponto a ser levantado, baseado nessa concepção social durkheimiana, é a questão da influência que o social exerce perante os indivíduos. Se os fatos sociais são exteriores ao Homem e que regem o comportamento humano, apoiado pela concepção de segurança pessoal, os discursos de ódio seriam apenas uma mera reprodução de alguns sintomas vivenciados em uma sociedade. Tais discursos possuem significados e esses

significados demonstram, também, características emocionais ou intencionais do interlocutor diante de um contexto assegurado da sociedade. Sobre isso, Durkheim afirma:

O homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas ideias, de acordo com as quais regula sua conduta. Acontece que, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades a que correspondem, tendemos naturalmente a substituir estas últimas por elas e a fazer delas a matéria mesma de nossas especulações (DURKHEIM, 1988, p. 15).

Hobbes (RIBERO, 1998 apud. Hobbes, 1651), no entanto, sendo um contratualista, tem uma definição muito específica de contrato social. Para ele o Homem é mau e, com isso, tende a destruir o outro com facilidade, através da ausência do contrato. O contrato surge, então, para equivaler os homens e que diferenças entre eles, como força, altura e outros, não fossem usados como forma de sobressair um ao outro. Ribeiro (apud. 1988) em seu trabalho avaliativo da obra de Hobbes, afirma que:

(...) o homem natural de Hobbes não é um selvagem. É o mesmo homem que vive em sociedade. Melhor dizendo, a natureza do homem não muda conforme o tempo, ou a história, ou a vida social. Para Hobbes, como para a maior parte dos autores de antes do século XVIII, não existe a história entendida como transformando os homens (RIBEIRO, 1988, p. 54).

Se a natureza humana, ao longo da história, segundo Hobbes, não sofreu por mudanças, a avaliação do cenário político atual faz-se válido em termos de análise quando partimos para o questionamento de como os discursos de ódio proferidos por políticos que, nessa visão Hobbenana, estão inferidos na postulação e manutenção do contrato social, exercem influências para os demais indivíduos. Sobre o enfoque do sufrágio eleitoral, tais discursos, sobre a ideia de que a natureza humana tende ao rompimento de laços com o outro, através da ausência de um Estado, faz surgir a preocupação da possibilidade de manipulação a esse grupo eleitoral e a preocupação dos possíveis condicionamentos adjacentes de uma motivação puramente instintiva.

Sobre como o aspecto social influencia no comportamento humano, Albert Bandura (1968), indo de contra as correntes comportamentais vigentes em sua época, discordava de Skinner a respeito da modificação do comportamento pelo ambiente. Contrariando os princípios de que o ambiente seja o responsável pela modulação das ações, Bandura muda o enfoque da abordagem de aprendizagem social. Para ele, o indivíduo tanto está submetido em uma sociedade e passível de ter os seus comportamentos modificados, quanto esse mesmo indivíduo pode agir e modificar o seu ambiente, de acordo e através da aprendizagem social. Seguindo essa ideia de modificação

comportamental através da aprendizagem social, analisar a interferência de como os discursos facilmente aceitos e replicados, não só entre os adolescentes, mas pelo público em geral agem nesses indivíduos, é uma maneira de verificação desta ideia de que ao aprendermos quais os tipos de comportamentos são os mais ou menos aceitos, e quais desses comportamentos favorecem, privilegiam ou facilitam a interação e ascensão social, resultam do processo de aquisição e percepção da realidade.

Quando as pessoas observam os resultados de seu comportamento e do comportamento dos outros, elas desenvolvem a hipótese sobre as prováveis consequências de produzir aquele comportamento no futuro. Essa informação serve de guia para o comportamento subsequente. As hipóteses exatas produzem bons resultados e as respostas inexatas levam a um comportamento ineficaz (HALL, p.463).

Nessa concepção, segundo Bandura, a funcionalidade do reforço seria de caráter antecipatório e observacional. Isso significa afirmar que na aprendizagem social, o reforço encoraja e legitima os indivíduos a reproduzirem determinados comportamentos. Nos discursos de ódio não é diferente: para que haja o compartilhar e o relativizar desses discursos é preciso que haja uma certa autorização ou aceitação de certos indivíduos, grupos e culturas, por exemplo. O comportamento de reprodução desses discursos, postergado e resultando em uma materialização física desses comportamentos agressivos, segundo essa ideia de modificação comportamental pela aprendizagem social, se daria pelo avaliar de possíveis comportamentos benéficos, no sentido individual e de inserção "moral" aceita e pela replicação de tais discursos.

### *2.3 Adolescência: fatores que contribuem para um condicionamento eficaz, através dos discursos de ódio*

Outro ponto em que é possível levantar, dentre as teorias sociais do desenvolvimento da personalidade e, com isso, o desenvolvimento e formação dos comportamentos diversos humano, é o ponto em que se discute, novamente, o caráter satisfatório e necessário da influência que o contexto social age sobre os indivíduos. Alfred Adler (1920), importante contribuidor da psicologia social, postulou a ideia que se contrapõe ao determinismo comportamental inato da psicanálise. Para ele, o que opera no comportamento humano não são os processos de princípios de prazer incumbidos no inconsciente. Pelo contrário, os seres humanos são motivados, a priori, por impulsos sociais. O interesse social, nesse sentido não passa pela coerção exterior em que os indivíduos são acometidos: a concepção inata de Adler pressupõe um interesse social. Ou seja, o interesse social é uma característica inata dos indivíduos, contudo, os grupos, a identificação e execução de papéis

são de responsabilidade individuais. Contextualizando com a temática do discurso de ódio, vale o questionamento de como as pessoas que são influenciadas e, neste sentido, coagidas, agem conforme uma necessidade inerente de participação social; e que tal participação social, se necessário, pode presumir um relativizar de liberdade e busca de direitos do outro. Sendo assim, promissor proferir tais discursos que, de maneira geral, visa ou relativizada importância da individualidade e singularidade do outro. O interesse social proposto por Adler, então, supre a ideia de que o processo de identificação e explanação desses discursos ocorre por uma característica inata, tendo como ponto de vista que o interesse social também é; mas demonstra, contudo, que a escolha ou o optar por esses comportamentos são de natureza facultativa. Levantar a hipótese de que, apesar de ter uma necessidade de integração social, ainda assim ser preciso a escolha de quais grupos ou quais comportamentos a se executar, é mais uma tentativa de colocar no centro da discussão do comportamento humano os aspectos individuais que interferem nos aspectos sociais.

A psicanálise, com sua característica topológica determinista dos "tipos humanos" busca explicar os comportamentos tendo em vista os conceitos de formação de tipologias. Se contrapondo a essa premissa, Hall (1968) afirma

(...) os humanos são seres conscientes; eles geralmente estão cientes das razões de seu comportamento. Eles têm consciência de suas inferioridades e das metas que buscam. Mais do que isso, os humanos são indivíduos autoconscientes capazes de pensar e orientar suas ações com total consciência de seus significados para o seu auto realização (p.120).

Ainda sobre a questão do desenvolvimento da personalidade, a adolescência é um estágio caracterizado, por algumas correntes psicanalíticas, como sendo o estágio em que há confusões e proliferação de extremos emocionais; seja através do processo de maturação fisiológica, ou seja, pela inserção e cobranças externas demandadas pelo contexto social.

Ana Freud sugere que o tumulto da adolescência não é um reflexo de um estágio inicial transitório da evolução humana, mas sim das fases da própria história do indivíduo. Os conflitos da sexualidade infantil, particularmente o conflito edipiano, retornam com força total (...) Anna Freud afirma que, em função dos conflitos orais da primeira fase da infância, o jovem oscila entre uma dependência intensa e uma independência exagerada, como se em alguns momentos se sentisse desprotegido como um bebê e em outros, necessitasse afirmar a si mesmo que ele não é uma criança (GALLATIN, 1942, p. 69).

Por outro lado, Murray (1948) afirma que é preciso observar algumas características da personalidade do adolescente através de algumas indagações, como: todo homem é, em alguns



aspectos: como todos os outros homens; como alguns outros homens; ou como nenhum outro homem. Em uma avaliação dos aspectos de comportamento, por exemplo, esse conceito de aproximação ou distinção de fenômenos comportamentais dão suporte para um melhor atender das exposições demonstradas pelos adolescentes. E essa categorização observacional de olhar o adolescente como passível de promover comportamentos, primeiro: similar a todos os homens; ou similar a alguns homens; ou similar a nenhum outro homem, é, sobretudo, ver esse adolescente como um ser social que sofre com questões e pressões externas a ele e que lhe cobram, muitas vezes, um posicionamento.

Tal cobrança de posição é uma das características da “subordinação” social que, além de promover exclusões aqueles indivíduos que porventura não se adequam ao padrão exigido, fornece a postulação de um modificar comportamental com a finalidade de firmar características desse indivíduo, desejada pela maioria ou pelo grupo dominante (GALLATIN, 1942). Levando esse comentário para uma questão macro de um sistema político, por exemplo, na adolescência, por ser caracterizada como, também, um período de formação da personalidade; a identificação com os discursos de ódio proferidos por políticos que exercem, de certa forma, uma influência de poder nas relações entre indivíduo e estado, pode ser enfatizada na adolescência, sobretudo por se tratar de um período polarizado e por ser uma fase de intensificação das relações sociais.

Ainda sobre a formação da personalidade e como essa formação pode ser influenciada pelo fator externo, inclusive o fator dos discursos de ódio, Erikson é um dos autores que abordam a temática da personalidade como algo que demanda de algumas características. Personalidade, para ele, é o resultado da interação de três mecanismos: o biológico, o social e o individual. Quanto ao setor *biológico*, Erikson concorda com a visão psicanalítica de que os recém-nascidos possuem grandes variações de impulsos e pulsões. Assim como outros conceituadores do desenvolvimento humano, ele acredita que o desenvolver da espécie segue uma evolução previsível, através da maturação. E essa “evolução” corresponde a todas as outras espécies que crescem e atingem um grau de crescimento. Por outro lado, a dimensão *social* surge como maneira de fornecer instrumentos para o suprir das carências biológicas. Ou seja, o desenvolver humano não ocorre apenas na esfera fisiológica, o social exerce força e influência até no condicionamento dos comportamentos infantil. Para ser um ser civilizado, ao bebê, ainda, precisa ser enquadrado em determinados padrões comportamentais, não deixando de lado o próprio processo de maturação biológica. “Em síntese, a dimensão social do desenvolvimento da personalidade envolve uma série de acomodações mútuas” (p. 184).

A outra dimensão do desenvolver da personalidade é o fator individual. Mesmo tendo influências biológicas e social, é imprescindível afirmar que cada ser é único na sua existência e que os processos perceptíveis, em que envolve o sujeito, também são únicos (GALLATIN, 1942).

Mesmo considerando os aspectos individuais, é inegável de que o fator social exerce influência, principalmente quando é abordado questões políticas. Sobre uma análise mais atual do Brasil, uma pesquisa revela qual o percentual da participação dos adolescentes e jovens na política:

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que os jovens entre 16 e 29 anos representam 27% do eleitorado nacional, o que demonstra, para a Justiça Eleitoral, que o voto dessa camada da população deverá ser determinante nas eleições municipais de outubro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem cerca de 51 milhões de jovens de 15 a 29 anos, correspondendo a um quarto da população do país. Desses, mais de 75% (38.876.290) estão aptos a votar nas eleições deste ano, segundo dados do TSE. Os jovens entre 25 e 29 anos representam 10,83% do eleitorado; de 21 a 24 anos, 8,71% e de 16 a 20 anos, 7,45% (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Dados o percentual da possível participação política dos adolescentes e jovens nas eleições, é factível fazer uma avaliação da necessidade de discursos apelativos, de cunhos muitas vezes preconceituosos, que os políticos praticam na tentativa de atração desse eleitorado. Ainda sobre de que maneira o contexto social pode interferir nas ações individuais, uma pesquisa realizada em 2014 pelo projeto "comunica que muda", iniciativa da agência Nova/SB, revelou que cerca de 84% das menções sobre temas racismo e política, por exemplo, são negativas e de cunho pejorativo.

Como resultado do Panorama político gerado a partir das eleições de 2014 o que "coxinhas" e "petralhas" realizavam intensos debates nas redes, na maioria das vezes com xingamentos e discursos rasos, que incentivam ódio e a divisão. Do total de mensagens analisadas, 219.272 tinha um cunho político, sendo que 97,4% delas abordavam aspectos negativos (...) o levantamento captou dois tipos de intolerância. O visível, em que o agressor vai direto ao ponto; e o invisível, mas sutil que se esconde em comentários que podem passar despercebidos, pois abordam discursos que já foram incorporados pela sociedade, mas não pelas vítimas" (JORNAL O GLOBO, 2016).

O ódio, como emoção, serve de instrumento para a realização daquilo que muitas vezes não é aceito ou concordado por todos. Os discursos de ódio, por não exigirem uma violência física direta, são mais fáceis de serem replicadas e proliferadas. É o que acontece com tais discursos políticos: acobertados por uma espécie de foro privilegiado, defendidos e assegurados pela constituição, os mesmos são ditos e recepcionados por pessoas que, segundo a teoria das necessidades de Maslow (1954), carecem de satisfação de algumas etapas, em resumo, as de segurança.

Com isso, uma das questões que se pode levantar é a respeito de quais fatores proporcionam uma influência comportamental através dos discursos de ódio e quais as necessidades que precisam ser supridas, segundo a teoria de Maslow, para que tais discursos possam, de fato, influenciar os comportamentos.

### **3. METODOLOGIA**

Esse trabalho conta com a metodologia de abordagem qualitativa, utilizando de revisão bibliográfica para a aglomeração conceitual e discussão do tema proposto. O caráter científico de pesquisa social, independente da área, campo ou objeto de investigação, a *priori*, precisa ser embasado metodologicamente a um conjunto de técnicas e normas que fomentarão o caráter do levantamento problemático da pesquisa e suas possíveis refutações. A metodologia, nesse sentido, é um recurso que possibilita aos pesquisadores a delimitação e as postulações decorrentes do processo de pesquisar. Dessa maneira, o método qualitativo, segundo Minayo (1994), soma-se às ciências sociais como mais um instrumento de ação que visa, antes, um questionamento ou um problematizar de questões abrangentes e que busca, sobretudo, a descrição detalhada dos fenômenos e objetos da pesquisa.

O método qualitativo, com isso, possibilita a correlação entre os diversos fatores constituintes das atividades e motivações humanas, tendo como diferencial dos métodos quantitativos, a preocupação em especificar e abordar, ao máximo, características do grupo ou do fenômeno estudado. Isso implica em afirmar que, dentro do campo de pesquisa sob o método qualitativo, apesar de poder se utilizar de números estatísticos, o dever é muito mais o de descrever os aspectos constituintes do objeto da pesquisa, bem como o avaliar dos seus fatores causais (MINAYO, 1994).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista a multiplicidade de fatores aqui expostos que proporcionam postergações de discursos de ódio por considerações e interferências comportamentais entre os eleitores menores de idade, é válido concluir que a eficácia nessas alterações de comportamento se dá pelas características apriorísticas humana de se relacionar e buscar a interação com as instituições sociais de variadas formas, em enfoque neste trabalho a linguagem.

Procurando uma relação causal entre a alternância comportamental e os discursos de ódio politizados, é possível estabelecer relações entre o eleitorado inaugural que vão desde a

identificação com o político que posterga falas de cunho discriminatório, até a própria identificação com esses discursos que acarretam em compartilhamento de tais.

Conclui-se que as especificidades e características humanas favorecem o processo comunicativo e que esse processo é resultante de interação social; dessa forma, os discursos de ódio politizados são resultado de uma adaptabilidade ao meio; meio esse que coincide entre o público jovem de maneira mais evidenciada. Sobre a hipótese que questiona as motivações da propagação de discursos de ódio, é importante salientar os diversos aspectos psicológicos como os processos de maturação, desenvolvimento e interação social que agem diretamente no comportamento humano; bem como as questões sociais que contribuem de forma coercitiva no condicionamento comportamental de indivíduos que, no público focado neste trabalho que são os adolescentes e jovens, favorece ou estimula o propagar de determinados elementos lingüístico com a finalidade de socializar ou interagir com um possível senso comum que aflora a participação destes; mesmo que tal participação se refira à postulação de preconceitos e comportamentos discriminatórios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/voto-jovem-representa-27-do-eleitorado-e-pode-decidir-eleicao-diz-tst <Acesso em: 14 de abril de 2018>

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro, 1999).

CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70, 1957.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico* – 3ª ed. São Paulo, coleção tópicos 2007.

GALLATIN, Judith Etelle. *Adolescência e individualidade*. São Paulo, 1942.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, 1999.

HALL, Calvin S. *Teorias da personalidade*. 4ed. Artmed Editora, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro. Zahar, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo, 2015.

MINAYO, M.C. *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. *Coleção Os Pensadores I*. São Paulo, Nova Cultura, 1988.

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro, 2003.

SCHULTZ, Duarte P. *Teorias da personalidade*. São Paulo, 1979.

WHITE, Leslie. *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro, contraponto, 2009.